

Texto 01

As Determinações do Trabalho na Sociedade Capitalista e os Desafios à Organização Política de Trabalhadoras(es).

1. Introdução

O presente curso tem por finalidade refletir acerca da organização política do conjunto das(os) trabalhadoras(es) da Assistência Social. Este objetivo será alcançado através da qualificação teórica e da definição de estratégias políticas do conjunto de trabalhadoras(es) que operacionalizam o SUAS em diferente níveis de complexidade, seja na condição de trabalhadoras(es) ou gestoras(es). Nesse sentido, a organização de uma agenda política de fortalecimento político de trabalhadoras(es) incorrerá na qualificação dos serviços prestados à população, contribuindo seguramente na consolidação do SUAS.

A organização política de trabalhadoras(es) encontra-se prevista nos instrumentos normativos da Política Nacional de Assistência Social, seja por meio de resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social, Notas Técnicas do MDS¹ ou ainda nos espaços previstos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – mesas de negociação, fórum de trabalhadoras(es), conselhos, sindicatos, etc. Isso porque a Assistência Social demanda ainda um alto grau de institucionalização tanto internamente à própria Administração Pública, quanto perante a sociedade de maneira geral que em sua ampla maioria desconhece a sua legitimidade enquanto política pública de responsabilidade do Estado.

A organização política dos sujeitos responsáveis por efetivar os princípios, as diretrizes, os serviços, programas e benefícios da Assistência Social confere alto grau de reconhecimento público da respectiva política propriamente dita, em no mínimo três aspectos relevantes:

- a) Insere as demandas concretas de trabalhadoras(es) na agenda da Administração Pública, acionando o Estado para o reconhecimento das necessidades de avanços.

¹ Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

- b) Mobiliza trabalhadoras(es) do SUAS para engajamento nas lutas gerais da classe trabalhadora, através da atuação sindical e política em espaços diversos como fóruns, rede, frentes e partidos.
- c) Favorece o embate de ideias sobre concepções e modelos de Assistência Social no âmbito da sociedade civil, visibilizando a legitimidade desta política diante da opinião pública.

Com isso, verifica-se a importância e a urgência da organização de trabalhadoras(es) da Assistência Social, considerando as diversas ofensivas que a PNAS tem sofrido, tanto no reconhecimento público sobre sua afirmação enquanto dever do Estado, materializado no desfinanciamento e desmonte de uma arquitetura institucional que crescia a passos largos, quanto na expansão da precarização para o conjunto da classe trabalhadora.

Isto é, a luta política de trabalhadoras(es) corrobora com as premissas da PNAS, pois exige do Estado, nos diferentes níveis da Administração Pública - municipal, estadual e federal - a ampliação de orçamento, o empenho técnico na expansão dos serviços, programas e benefícios, ampliando o leque de ofertas ao público da assistência social. Com a luta por espaços organizativos, as(os) trabalhadores(as) do SUAS reafirmam a razão de ser da cidadania, enquanto ferramenta de socialização da política e da riqueza socialmente produzida.

Contudo, a fim de proceder-se uma análise rigorosa do atual contexto de luta das(os) trabalhadoras(es) do SUAS faz-se necessário lançar mão de algumas categorias analíticas essenciais, tais como: trabalho, alienação, precarização e luta de classes. Com isso, objetiva-se a compreensão depurada do processo organizativo da classe que vive do trabalho².

1.1 O Trabalho na Sociedade Capitalista

Nos marcos da sociedade capitalista o trabalho apresenta-se enquanto categoria central para o desvelamento do seu funcionamento, considerando a contradição inerente ao

² Definição do autor Ricardo Antunes, apresentada em sua obra “Adeus ao Trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho”, publicada em 1995. O termo refere-se ao conjunto dos sujeitos que vivem-do-trabalho, sendo considerada pelo autor como a classe trabalhadora no novo arranjo de acumulação flexível do capitalismo após o fim do modelo fordista-taylorista.

processo de compra e venda da força de trabalho pelo capital. Portanto, trata-se de uma relação social atravessada por forças antagônicas, na qual a fragilidade do trabalho declina sobre a necessidade de reprodução social da classe que vive exclusivamente da venda de sua força de trabalho.

Esta referência não pode deixar de ser mencionada ao analisarmos as engrenagens do sistema capitalista, tendo em vista ser este o arranjo produtivo no qual as relações entre as classes sociais são construídas. Desta forma, atenta-se para o fato do capital apresentar-se como força superior em detrimento do trabalho, constituindo, pois, uma relação estruturalmente desigual e contraditória.

Esta correlação de forças desfavorável constitui-se como um dado imprescindível para se compreender o papel exercido pela luta da classe trabalhadora, enquanto sujeito histórico, responsável por tensionar o Estado para as respostas às demandas por direitos e melhorias nas condições de vida da classe expropriada no sistema capitalista.

Nesse sentido, a Assistência Social contrapõe-se à lógica de apropriação privada da riqueza socialmente produzida pelas(os) trabalhadoras(es). Apresentando-se como uma estratégia de apropriação redistributivista. Na medida em que contraditoriamente, por um lado, garante a manutenção de um exército de trabalhadoras(es) sedentos por vender a sua força de trabalho, regulando o valor médio dos salários. Por outro, redistribui fundo público produzido coletivamente pelo conjunto da classe trabalhadora através das políticas sociais, dentre elas, a Assistência Social.

Aprofundando a discussão sobre a natureza do trabalho, enquanto categoria fundante do ser social. Para apreensão crítica da realidade deve-se dispor de elementos teóricos articuladores nos seguintes termos propostos pelo autor:

“Uma verdadeira análise dialético-materialista deve apreender as interconexões causais complexas entre forma de ser do desenvolvimento capitalista mundial nas últimas décadas e as metamorfoses do mundo social do trabalho. É buscar investigar o sentido da totalidade concreta do capitalismo mundial nas condições da crise estrutural do capital” (ALVES, 2009, p. 11)

Sendo assim, refletir sobre a organização da classe trabalhadora, a despeito do recorte escolhido, deverá se considerar a fase atual do capitalismo, bem como suas configurações e particularidades históricas, sobretudo, dada as metamorfoses dos mecanismos de alienação e extração da mais valia. Destaca-se neste ponto, que tanto a mais-valia, quanto a alienação permanecem sendo elemento inerentes ao desenvolvimento das forças produtivas do capital.

No entanto, é reconhecido por diversos teóricos as modificações nas formas de usurpação da consciência de classe do conjunto de trabalhadoras(es) os processos de trabalho estruturadores de capitalismo.

Portanto, trata-se de manter os modelos de exploração do trabalho alienado, diminuindo o campo de atuação política através da apreensão da subjetividade da classe trabalhadora, contribuindo para o afastamento das questões necessárias à garantia dos direitos do conjunto de trabalhadoras(es). Promove-se assim, interdições políticas, sutis ou declaradamente agressivas, à noção coletiva dos desafios profissionais e políticas que afligem a organização de classe.

Nesse sentido, as soluções para jornadas extenuantes de trabalho, ausência de garantias trabalhistas e toda sorte de exemplos da precarização para que o bem estar da(o) trabalhador(a) sejam alcançadas exigirá a organização da classe enquanto sujeito político consciente do seu papel histórico.

Por isso ao referir-se sobre o capitalismo tardio e periférico, como o modelo socioeconômico brasileiro vigente, não se perde de vista a base estruturada no modelo do capital, qual seja: o trabalho não se realiza com vistas à emancipação da classe que vive dele. Sendo, o trabalho alienado uma categoria inerente dessa sociedade.

Neste sentido, a categoria alienação do trabalho diz respeito ao estranhamento do(a) trabalhador(a) enquanto sujeitos políticos no processo de trabalho que resultará em um produto final. Dito de outra forma, a alienação diferente do uso corrente na linguagem corrente não se refere à desinformação, mas sobretudo, revela o desconhecimento da classe trabalhadora no processo de produção da riqueza social, apropriada privadamente pelos detentores dos meios de produção.

A este respeito o autor Giovanni Alves define de acordo com os escritos de Karl Marx:

“A alienação é o ato/processo histórico de perda/desposseção dos meios de produção/controle da vida social que constitui a condição sócio-existencial de estranhamento” (ALVES, 2009, p. 16).

Dando continuidade à apresentação da categoria alienação, o autor assevera:

“É a partir do trabalho alienado como desposseção dos meios de produção da vida social que se constitui o complexo social da vida estranhada (sistema social do estranhamento), caracterizado por relações sociais, processos e estruturas que obstaculizam o desenvolvimento do ser genérico do homem” (ALVES, 2009, p. 16).

Diante do exposto não se pode desconsiderar os impactos deste modelo de organização e os desafios dela decorrentes, sobretudo, na articulação da classe trabalhadora

cada vez mais heterogênea, precarizada e apartada de instituições organizativas combativas, como sindicatos e partidos políticos que historicamente aglutinava os sujeitos da classe que vive do trabalho.

1.2 As(os) Trabalhadoras(es) do SUAS e a Organização da Luta Social

Diante do cenário desafiador para a luta geral da classe trabalhadora imposta pelas novas formas de exploração do trabalho na sociedade capitalista. Tal luta ganha contornos específicos quando se trata do conjunto de trabalhadoras(es) atuantes em uma política pública - em franco processo de consolidação - orientada para o atendimento das necessidades sociais de uma parcela ainda mais destituída dos direitos da classe trabalhadora.

A despeito de todos os ataques aos direitos trabalhistas e sociais do público-alvo do SUAS e do conjunto de trabalhadoras(es) que viabilizam o acesso aos serviços, programas e benefícios da Assistência Social, verificam-se algumas conquistas importantes no quesito organização política de trabalhadoras(es) no âmbito do SUAS. A Assistência Social oportuniza dois aspectos potentes para a organização política de trabalhadoras(es). O primeiro deles, o contato direto com a realidade concreta, de onde emerge as necessidades sociais desejantes em tornarem-se bandeiras de lutas empunhadas por usuárias(os) e trabalhadoras(es) da política. Em segundo plano, o próprio SUAS sugere canais organizativos que possibilitam fissuras no modelo de trabalho alienado, expresso no reconhecimento de fóruns de trabalhadoras(es), frentes de luta, comissões de educação permanente, etc. que podem incidir politicamente por meio dos conselhos e conferência. Além do espaço estratégico da Gestão do Trabalho como ferramenta de apropriação dos processos de trabalho e domínio técnico sobre o resultado da intervenção, ou seja, a consciência do produto do trabalho.

A garantia da representação de trabalhadoras(es) na composição paritária dos conselhos de Assistência Social dos diferentes níveis apresenta-se como um espaço rico de articulação política e consolidação da PNAS. Entretanto, faz-se necessária extrapolar estas formas organizativas, exigindo-se criatividade e capacidade de leitura de conjuntura para definição dos espaços e instrumentos políticos estratégicos para alcance das reivindicações e demandas do conjunto de trabalhadoras(es) do SUAS.

Para tanto, alguns pontos centrais têm permanecidos como bandeiras de lutas constante entre as(os) trabalhadoras(es) do SUAS, são elas: a defesa de concursos públicos para trabalhadores do SUAS e ações contra a precarização das condições e relações de trabalho.

“Essa dinâmica – flexibilização, precarização, desregulamentação – atinge também as relações e o trabalho dos profissionais de nível superior e trabalhadores em geral “que atuam nas instituições públicas e privadas no campo das políticas sociais, gerando rebaixamento salarial, intensificação do trabalho, precarização dos vínculos e condições de trabalho, perda ou ausência de direitos sociais e trabalhistas, pressão pelo aumento da produtividade, insegurança do emprego, ausência de perspectivas de progressão na carreira, ampliação da competição entre trabalhadores, adoecimento, entre tantas outras manifestações decorrentes do aumento da exploração da força de trabalho assalariada” (RAICHELIS, 2009, p.41 apud FNTSUAS).

Embora o SUAS possua uma arquitetura institucional complexa, por se tratar de um sistema que visa contemplar um país de grande extensão territorial e diversidades políticas, administrativas e culturais. O maior desafio à organização política dos sujeitos responsáveis por darem vida à Assistência Social enquanto política pública apresenta-se na diversidade de vínculos empregatícios e a heterogeneidade de condições laborativas e políticas desses sujeitos.

No quadro abaixo expõe-se dados do CENSOSUAS 2017, referente ao Estado de Pernambuco, no qual destaca-se a prevalência de contratos de trabalho de outras naturezas, distante da proteção dos direitos trabalhistas e minimamente estáveis favorecedores da organização política.

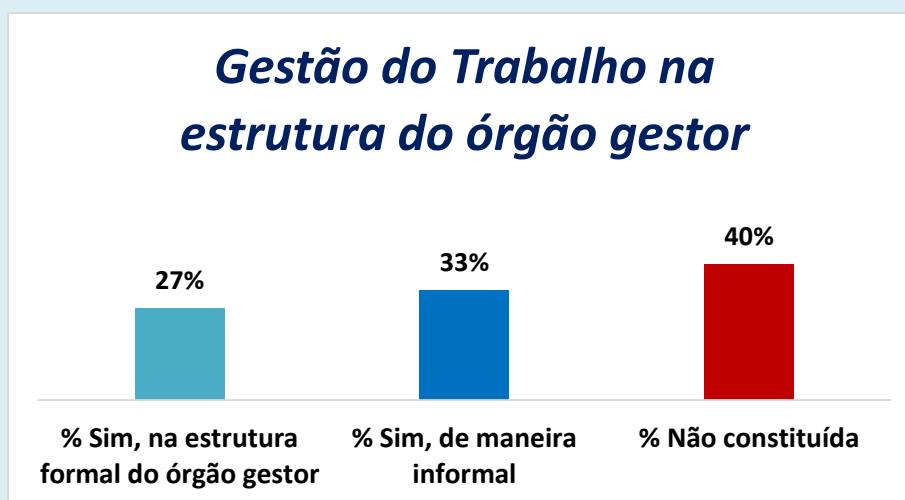


Fonte: CENSOSUAS 2017

O desafio para organização política deste contingente de trabalhadoras(es) tão diverso está lançado ao se verificar que tais profissionais são de formações e graus de escolaridade distintos, bem como possuem vínculo empregatícios bastante díspares entre si. Todo este cenário, exige maior capacidade de articulação política para criação de bandeiras e demandas aglutinadoras que possuam legitimidade entre o conjunto plural e diverso, denominado trabalhadoras(es) do SUAS.

A Gestão do Trabalho sinaliza esforços no sentido de superar o tecnicismo da atuação profissional no âmbito da Assistência Social e efetivamente politizar os impasses para a consolidação do SUAS. Nesse sentido, a Gestão do trabalho efetiva-se através de debates, reuniões de estudo, capacitações e formação técnica e política com a finalidade de enfrentamento à precarização e às condições de trabalho inadequadas e o sucateamento da PNAS enquanto expressões diretas das modificações no mundo do trabalho.

A implementação da Gestão do Trabalho no SUAS reflete maior grau de institucionalização da Assistência Social, bem como sugere um canal político democrático entre gestão e trabalhadoras(es). A título de ilustração, segue dado do Estado de Pernambuco, onde apenas 27% dos municípios possuem a Gestão do Trabalho instituída formalmente no órgão gestor da Assistência Social municipal, conforme quadro abaixo:



Fonte: CENSOSUAS

A fragilidade da organização política de trabalhadoras(es) do SUAS em Pernambuco pode ser verificada ainda no baixíssimo percentual de municípios que possuem Mesa de Negociação, contabilizando apenas 4%. Frisa-se que se trata da instância máxima de diálogo

entre trabalhadoras(es) e gestoras(es) para “desprecarização” do trabalho no SUAS, sendo por excelência o espaço de apresentação de reivindicações salariais, elaboração de planos de carreiras e uma série de outras medidas que asseguraram qualidade técnica ao serviço prestado pelo conjunto de trabalhadoras(es).

Por isso, a construção de espaços de promoção de debates, seja nos serviços e equipamentos ou por meio de ferramentas pedagógicas de capacitação virtuais, devem estimular o debate acerca da organização política no SUAS e pelo SUAS.

Mais ainda, após a perspectiva no horizonte político-institucional de severos ataques ao processo histórico de implementação da Assistência Social, o reconhecimento de sua importância para a democracia brasileira e garantia de legitimidade das(os) trabalhadoras(es) que a operacionalizam encontra-se na ordem do dia.

“a Política de Assistência Social que almejamos e que cabe ser fortalecida não é aquela que se coloca na manutenção da ordem nem com o mero objetivo da integração social. A Política de Assistência Social que defendemos é uma política de resistência, de inconformismo, de luta pela mobilização social e pela organização dos trabalhadores e trabalhadoras com vistas à construção do acesso a direitos” (BOSCHETTI, 2011, p.13 apud FNTSUAS).

Neste sentido, no módulo seguinte serão abordadas a discussão os marcos legais, tais como resoluções, normas operacionais básicas e outras estratégias políticas para organização de trabalhadoras(es) do SUAS face à ofensiva aos direitos sociais. Para tanto, serão apresentados alguns instrumentos da própria PNAS fundamentais na conquista de avanços importantes face ao desmonte dos direitos trabalhistas e da própria Assistência Social.

No decorrer do curso serão apresentadas algumas experiências exitosas de organização de espaços formais de organização de trabalhadoras(es) do SUAS, bem como a criação de frentes e fóruns e sua respectiva atuação de incidência política na sociedade civil, publicizando os desafios da Assistência Social, com amplo reconhecimento dos sujeitos políticos atuantes para a efetivação do SUAS.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **A condição de proletariedade:** a precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002

FÓRUM NACIONAL DE TRABALHADORES. **Relatório de pesquisa:** as condições e relações de trabalho dos(as) trabalhadores(as) do SUAS. Pesquisa de abrangência nacional realizada pelo FNTSUAS. Brasília, 2017.

PERNAMBUCO, Governo de. **A Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS no Estado de Pernambuco.** Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude. Recife, 2018.